

BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JÓNATAS EDUARDO MENDES MACHADO

LIBERDADE RELIGIOSA
NUMA
COMUNIDADE CONSTITUCIONAL INCLUSIVA
DOS DIREITOS DA VERDADE AOS DIREITOS DOS CIDADÃOS



1996

COIMBRA EDITORA

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISSN 0872-6043

ISBN 972-32-0729-X

Depósito Legal n.º 99 363/96

ÍNDICE

	Págs.
NOTA PRÉVIA.....	7
INTRODUÇÃO.....	9

CAPÍTULO I

O DISCURSO TEOLÓGICO-CONFESSIONAL SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA

1. Antecedentes pré-cristãos: a tradição de unidade teológico-política	14
2. A emergência histórica do cristianismo	17
3. A cristianização do império.....	20
4. Da cidade dos homens à cidade de Deus	24
5. O dualismo gelasiano	26
6. A cristandade.....	27
7. <i>Libertas ecclesiae</i>	30
8. O estado cristão	36
9. O Concílio Vaticano II e os desenvolvimentos posteriores	42
10. A <i>libertas ecclesiae</i> e a liberdade individual.....	50

CAPÍTULO II

O DISCURSO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA

1. A quebra da unidade religiosa da cristandade	53
2. O estado soberano como solução política para as guerras religiosas.....	60
2.1. Confessionalidade do Estado.....	61
2.2. Soberania absoluta.....	62
3. «Jus reformandi» e «beneficium emigrandi»	64
4. O contratualismo jusnaturalista.....	67
5. Absolutismo iluminista.....	70

	Págs.
6. Da tolerância à liberdade.....	73
7. Fundamentalização e constitucionalização.....	78
8. Secularização e modernidade.....	92

CAPÍTULO III

A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA: DO DISCURSO TEOLÓGICO AO DISCURSO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

1. A liberdade da igreja na história de Portugal.....	104
2. O Constitucionalismo liberal e a liberdade da igreja.....	107
3. Revolução republicana e afirmação do discurso jurídico-constitucional.....	115
4. O estado novo e o regresso da <i>libertas ecclesiae</i>	118
5. Refracções teórico-dogmáticas deste percurso histórico.....	123

CAPÍTULO IV

A EDIFICAÇÃO DE UMA COMUNIDADE CONSTITUCIONAL INCLUSIVA

1. Liberalismo, neo-republicanismo e comunitarismo.....	128
1.1. Liberalismo.....	129
1.2. O pensamento comunitarista.....	133
1.3. O pensamento neo-republicano.....	135
1.4. Paradoxos e pontos de contacto: um comunitarismo qualificado.....	138
2. Pluralismo de grupos de interesses e democracia deliberativa.....	141
3. Uma república de razões.....	145
3.1. Razão pública.....	146
3.2. Linguagem acessível a todos.....	148
3.3. Esfera de discurso público.....	151
4. Igual liberdade e religião civil.....	153
4.1. Da religião civil rousseauiana ao «novo evangelho» socialista.....	154
4.2. Sociedade pluralista e religião civil.....	156
5. Direitos fundamentais, democracias monistas e dualistas.....	161
5.1. Fundacionalismo de Direitos Fundamentais.....	161
5.2. Democracia monista.....	164
5.3. Democracia dualista.....	165
6. Democracia, empatia e minorias.....	172
6.1. O processo político e o ciclo vicioso da discriminação.....	172
6.2. Empatia, processo político e discurso jurídico.....	174
6.3. A empatia na prática constitucional portuguesa.....	178
7. O direito à liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva....	180

CAPÍTULO V

A LIBERDADE RELIGIOSA NA CONSTITUIÇÃO DE 1976

1. Caracterização constitucional do direito à liberdade religiosa	186
1.1. A natureza jurídica do direito à liberdade religiosa.....	188
1.1.1. Liberdade religiosa e <i>libertas ecclesiae</i>	189
1.1.2. Liberdade religiosa e dignidade da pessoa humana	192
1.1.3. A Liberdade de consciência como <i>background constitutional right</i>	193
1.1.4. A especificidade da religião e da liberdade religiosa.....	197
1.2. A estrutura do direito à liberdade religiosa.....	198
1.2.1. O direito à liberdade religiosa como direito, liberdade e garantia	198
1.2.2. O âmbito normativo alargado do direito à liberdade religiosa...	200
1.3. O direito internacional e a liberdade religiosa	201
1.3.1. A liberdade religiosa no direito internacional geral ou comum	201
1.3.2. Liberdade religiosa e direito internacional convencional	204
1.3.3. A Interpretação dos Direitos Fundamentais de acordo com a DUDH.....	207
2. Definição de religião.....	208
2.1. Conceito substancial-objectivo.....	209
2.2. Conceito funcional-subjectivo	213
2.3. Conceito tipológico.....	217
3. A liberdade religiosa individual	220
3.1. Liberdade de crença.....	220
3.2. Liberdade de actuação conforme às crenças	222
3.2.1. A unidade essencial entre crença e conduta	222
3.2.2. Pluralidade de crenças e diversidade de condutas	224
3.2.3. A liberdade de divulgação das crenças	225
3.3. Liberdade de culto.....	229
3.4. Liberdade religiosa e privacidade.....	232
4. A liberdade religiosa colectiva.....	234
4.1. As confissões religiosas como titulares de direitos, liberdades e garantias	234
4.2. Igrejas, confissões e comunidades religiosas	236
4.3. A liberdade religiosa das confissões e comunidades religiosas	241
4.3.1. Liberdade de auto-organização de uma confissão religiosa	241
4.3.2. Direito de autodeterminação.....	245
4.3.3. As funções próprias das confissões religiosas.....	248
4.4. A invocação do direito à liberdade religiosa por outras pessoas colectivas	251

	Págs.
5. A vinculação das entidades privadas pelo direito à liberdade religiosa	252
5.1. O princípio da tolerância	255
5.2. A liberdade religiosa no seio da família.....	259
5.3. A liberdade religiosa nas relações laborais	264
5.4. A liberdade religiosa no seio das confissões religiosas	270
6. As fronteiras do direito à liberdade religiosa	277
7. O princípio da igualdade em matéria religiosa	285
7.1. Liberdade, diversidade e inclusividade	285
7.2. Igualdade perante a lei e através da lei	289
7.3. Tratamento como igual, tratamento igual e tratamento especial.....	290
7.4. Igualdade e proibição do arbítrio	293
7.5. A discriminação como violação do direito subjectivo à igualdade	296

CAPÍTULO VI

SEPARAÇÃO DAS CONFISSÕES RELIGIOSAS DO ESTADO

1. O princípio da separação no quadro do constitucionalismo liberal: modelos rejeitados	305
1.1. Superação dos modelos de união político-religiosa.....	305
1.2. Separação e republicanismo laicista	306
1.3. Separação e hostilidade para com a religião.....	308
1.4. Função sinalizadora de igual liberdade religiosa	310
2. O princípio da separação no direito comparado	310
2.1. Modelo constitucional americano	311
2.2. Modelos concordatários europeus.....	320
3. A Instrumentalização do discurso jurídico-constitucional pela noção de liberdade eclesiástica	331
3.1. O carácter público da religião	333
3.2. A necessidade de uma <i>civil religion</i>	335
3.3. A tradição histórica e cultural do país.....	335
3.4. O princípio do Estado Social	337
3.5. O princípio da cooperação	339
3.6. Liberdade religiosa positiva	342
3.7. O princípio democrático	343
3.8. O Direito Internacional	345
4. Finalidades constitucionais substantivas do princípio da separação	346
4.1. Garantia da liberdade religiosa individual	347
4.2. Autodeterminação confessional	349

	Págs.
4.3. Autonomia estadual perante as confissões religiosas.....	351
4.4. Garantia institucional do princípio da igualdade.....	351
4.5. Abertura e pluralismo do espaço público.....	353
5. Elementos estruturais de concretização.....	355
5.1. O Estado como organização jurídica da comunidade dos cidadãos.....	356
5.2. Diferenciação teleológica.....	357
5.3. Diferenciação institucional.....	358
5.4. Diferenciação pessoal.....	358
5.5. Diferenciação simbólica.....	359
5.6. O carácter principal da separação.....	360
6. O princípio da separação no Estado Social.....	361
6.1. O princípio da separação e o advento do Estado Social.....	361
6.2. Momentos de crise do Estado Social.....	363
7. Alguns problemas na relação entre o estado e as confissões religiosas.....	366
7.1. Financiamento estadual das confissões religiosas.....	367
7.2. O tratamento fiscal das confissões religiosas.....	371
7.3. Financiamento estadual do ensino privado religioso.....	375
7.4. Ensino religioso nas escolas públicas.....	378
7.5. Assistência religiosa em estabelecimentos públicos.....	381
7.6. Acesso das confissões religiosas aos meios de comunicação social.....	386
7.6.1. O serviço público de radiotelevisão.....	386
7.6.2. A televisão privada.....	389
7.7. Ordenamento do território, regulação administrativa e liberdade de culto.....	392
BIBLIOGRAFIA.....	399